Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebido em: 16/05/25
Protocolo

INDICAÇÃO Nº 937 ,DE 2025.
(Proponente: Vereador Valdecir Alcantara/Progressistas)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel.

INDICO, nos termos do art. 143 do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja encaminhado expediente ao IPC - Instituto de Planejamento de Cascavel - solicitando a criação de Comissão Temática capaz de elaborar estudos acerca da possibilidade de legalização dos "condomínios de chácaras irregulares" presentes no zoneamento rural do município de Cascavel.

É a Indicação. Sala das Sessões.
Cascavel, 16 de maio de 2025.

Valdecir Alcantara
Vereador/Progressistas

Justificativa.

A criação de uma comissão temática na prefeitura de Cascavel para elaborar uma lei que permita a regularização de condomínios irregulares na área rural é imprescindível por várias razões. A seguir, apresentamos uma justificativa estruturada:

Segurança Jurídica

A regularização proporciona segurança jurídica tanto para os moradores dos condomínios quanto para o município. Ao estabelecer um marco legal, a nova legislação protegerá os direitos de posse e propriedade, evitando conflitos e litígios futuros.

Facilitação do Acesso a Serviços Públicos

Com uma legislação específica, será mais fácil integrar as áreas irregulares à rede de serviços públicos, como fornecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo e transporte. Isso contribui para uma melhor qualidade de vida e saúde dos habitantes.

Ordenação Territorial

Uma lei que regulamente a situação dos condomínios irregulares permitirá um planejamento urbano mais eficiente, evitando a expansão desordenada e assegurando que o crescimento da cidade ocorra de maneira planejada e sustentável, respeitando o meio ambiente.

CONFERIDO
DIRETORIA LEGISLATIVA

Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável

A legislação pode incluir diretrizes para práticas construtivas que preservem o meio ambiente, favorecendo soluções que agreguem valor ecológico às áreas rurais e promovam a sustentabilidade.

Inclusão Social

A regularização auxiliará na inclusão social dos moradores, garantindo que eles tenham acesso a direitos que todos os cidadãos possuem. Essa inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Geração de Renda e Valorização Imobiliária

Com a regularização, há potencial aumento do valor das propriedades, o que pode resultar em melhorias nas condições econômicas de seus habitantes. Além disso, a formalização pode fomentar novos investimentos e negócios na região.

Estrutura Participativa

A formação de uma comissão permite o envolvimento da comunidade, órgãos públicos, especialistas na discussão e elaboração da lei. Esse diálogo colaborativo torna a legislação mais eficaz e suscetível de atender às reais necessidades da população.

Atendimento a Demandas Sociais

Existem demandas sociais urgentes relacionadas à regularização fundiária que necessitam ser acometidas. Uma comissão temática pode investigar e propor soluções que atendam a esses anseios, promovendo justiça social no contexto rural.

Conformidade com Normas Federais e Estaduais

Muitas vezes, os municípios enfrentam dificuldades para alinhar suas regulamentações com legislações superiores. A criação de uma lei específica ajuda a garantir que Cascavel esteja em conformidade com normas federais e estaduais relacionadas à regularização fundiária.

Conclusão

Diante dos argumentos apresentados, a criação de uma comissão temática para elaborar uma lei voltada à regularização de condomínios irregulares na área rural de Cascavel é uma iniciativa não apenas necessária, mas urgente. Essa ação contribuirá para promover a cidadania, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região, refletindo uma preocupação abrangente com o bem-estar da população e a gestão responsável do território.